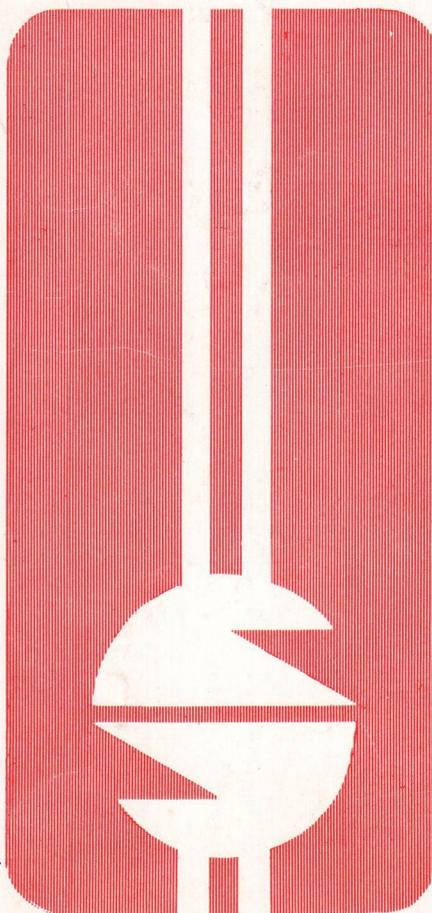


Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

- **TEORIA MACROECONÔMICA INGLESA**
David Cobham
- **CARGA TRIBUTÁRIA SETORIAL NO BRASIL**
João Rogério Sanson
- **POUPANÇA EXTERNA E ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO**
Carlos Henrique Horn
- **LEI DO VALOR: NECESSIDADE E LIMITES**
Rosana Guazzelli Aldworth
- **FLUXO DE CAPITAIS PARA A AMÉRICA LATINA**
Álvaro Antonio Louzada Garcia
- **PADRÕES DE CONCORRÊNCIA E ACUMULAÇÃO EM STEINDL**
Fernando Ferrari Filho



Novembro/85

ano 3

nº 5

REITOR: Prof. Francisco Ferraz

DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Edgar Irio Simm

VICE-DIRETOR: Prof. Walter Meucci Nique

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Renato Batista Masina

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)

Prof. Achyles Barcelos da Costa

Prof. Carlos Augusto Crusius

Prof. Claudio Francisco Accurso

Prof. Edgar Augusto Lanzer

Prof. Ernani Hickmann

Prof. Juvir Mattuella

Prof. João Rogério Sonson

Profa. Maria Imilda da Costa e Silva

Prof. Nali de Jesus de Souza

Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto

Profa. Otilia Beatriz Kroeff Carrion

Prof. Paulo Alexandre Sphor

Prof. Roberto Camps Moraes

Profa. Yeda Rorato Crusius

FUNDADOR: Prof. Antonio Carlos Santos Rosa

ANÁLISE ECONÔMICA publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura para 1986 é Cr\$ 20.000,00, a ser pago através de cheque nominal para "Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Revista Análise Econômica

Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar

90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

**2 – METAMORFOSE DA RIQUEZA; SÃO PAULO,
1845-1895
ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO
SÃO PAULO, HUNITEC/PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO, 1985, 188p.**

Já há muito tempo os intelectuais brasileiros — sociólogos, economistas, historiadores — vêm procurando mostrar os condicionantes da formação do processo histórico-social do País com independência de modelos pré-concebidos. A existência de um padrão “clássico” de formação do capitalismo, sempre baseado na história européia, como a França para o processo político e a Inglaterra para a economia, há muito vem sendo alvo de críticas pelos estudiosos da formação econômica e política da sociedade brasileira.

A libertação dos mitos, não obstante, faz-se vagarosamente e através de luta quase sempre árdua; os caminhos nem sempre são claros e é necessário que não se ergam novos mitos quando se pensa derrubar outros tantos já existentes. É através de estudos históricos empíricos elaborados com bastante precaução e cuidado que podemos evitar este risco. O livro de Zélia M. Cardoso de Mello, fruto de sua tese de doutoramento na Universidade de São Paulo, é o mais recente exemplo de trabalho bem sucedido neste campo.

Procurando mostrar as transformações na composição e na forma da riqueza em São Paulo de 1845 a 1895, a autora manuseou grande quantidade de fontes e documentos, principalmente inventários, seguindo a tradição de Alcântara Machado, que havia

demonstrado a “pobreza” paulista no século XVII, e de Alice Canabrava, que estudara através de semelhantes fontes o final do século XVIII também na mesma região. O trabalho de Zélia, entretanto, começa exatamente aí. Seu primeiro capítulo, “Da Pobreza Colonial à Riqueza Escravista”, já traz à tona sua concepção de que a mudança nas formas de riqueza manifesta, mais imediatamente, alterações estruturais na organização econômica da sociedade. Assim, ao estudar a metamorfose da riqueza através dos inventários, estava-se na verdade investigando as origens do capitalismo no Brasil. Nas palavras da autora, a mudança da forma da riqueza de “cativa” (objeto do capítulo III) a “liberta” (objeto do capítulo IV).

Em assim procedendo, o trabalho não só fornece farto material para estudar a composição da riqueza em si em momento crucial da gestação do capitalismo brasileiro — se isto, enquanto tal, já não fosse meritório —, mas demonstra a complexidade deste processo histórico ao incidir diretamente no âmbito das classes sociais, ou seja, na diversificação de interesse dentro das classes proprietárias: comerciais, agrárias, industriais e financeiras. Ao demonstrar como a riqueza dos cafeicultores foi se diversificando ao longo do tempo, capaz de tornar um mesmo personagem em proprietário de escravos, introdutor do trabalho assalariado e com interesses “urbanos”, comerciais, industriais ou financeiros, o trabalho vem dar contribuição decisiva para rejeitar a tese tradicional de que a mudança de modos de produção implica necessariamente luta política entre dois segmentos de classe dominante de caráter antagônico. Ajuda a demonstrar, além disso, que foi o “capital que libertou os escravos” — tese aceita em parte da literatura mas que ainda não havia passado por pesquisas empíricas suficientes para sua afirmação. Ajuda a evidenciar que não apenas o café foi o sustentáculo inicial da indústria brasileira, mas como dentro do próprio escravismo, após já constituído o Estado Nacional, geraram-se condições para superação do trabalho escravo e como estas se manifestaram em novas formas de riqueza. Se quisermos pensar do ponto de vista sociológico, a obra fornece ainda elementos para corroborar a visão de Florestan Fernandes, em “A Revolução Burguesa no Brasil”, segundo a qual esta se deu através de composições e de acomodação entre os setores dominantes, e não através de conflitos entre eles que permitissem a aliança de alguma(s) de suas frações com os setores dominados. Neste aspecto, aliás, a tese de Zélia leva a de Florestan às últimas conseqüências, pois faz re-

cair, neste momento histórico específico, nos próprios homens possuidores da “riqueza cativa” a posse gradual da “riqueza liberata”, mediante diversificação.

Constatando ainda a importante presença de ações na composição da riqueza de parte da população, o trabalho lança luz às formas de financiamento de novos empreendimentos, pois detecta a existência de indivíduos com grande capacidade financeira na economia. Assim, a despeito da possível falta de liquidez e do sistema de crédito ainda porcamente desenvolvido, havia circuitos monetários alternativos para se antepor à obstrução das fontes de financiamento.

O estudo da metamorfose da riqueza é portanto o estudo do aparecimento e do fortalecimento de um sistema de produção e de uma classe social: “À medida que o *capital se libertou do escravo, defrontou-se com uma ampla variedade de alternativas que produziu um capitalista, desde logo comprometido com a concentração do capital e que já surge como classe que personifica interesses diversos, comerciais, financeiros e agrários*”.

Estas, entre outras razões, fazem com que o trabalho de Zélia M. Cardoso de Mello seja leitura obrigatória para os estudiosos da história econômica brasileira e, em especial, para aqueles preocupados em libertar-se dos mitos que se formaram ao longo do estudo da formação do capitalismo no Brasil.

Pedro Cezar Dutra Fonseca

(Professor do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS)